

André Pires

*“Novas” ruralidades, “velhas” aspirações:
reflexões sobre os caseiros de Vinhedo (SP)*

Introdução

Este estudo pretende sugerir que as estratégias de recrutamento e reprodução da força de trabalho observadas entre os empregados domésticos dos condomínios e chácaras residenciais de Vinhedo, estado de São Paulo, assemelham-se às práticas tidas como próprias do meio rural. Busca-se demonstrar que essas novas ocupações rurais não agrícolas, incrementadas recentemente pelas demandas de populações urbanas por moradia e serviços ligados ao lazer e à preservação ambiental, dão novos significados a práticas sociais consideradas típicas do meio rural.

Veremos, ao longo dessas páginas, que o recrutamento dos empregados para o trabalho nas chácaras e nos condomínios, embora realizado num plano individual, acaba com o tempo recompondo o grupo familiar original. Daí resulta que a família continua a desempenhar um papel fundamental como unidade socioeconômica. Além disso, veremos estratégias de residência que visam, no limite, assegurar a autonomia desses indivíduos e de suas famílias em

André Pires é professor da PUC-Campinas e membro do Centro de Estudos Rurais (Ceres) da Unicamp (anpires2000@uol.com.br).

relação aos seus patrões. Não se advoga aqui, entretanto, uma transposição mecânica de padrões de comportamento de um modo de vida camponês para um modo de vida urbano. Antigas práticas sociais, presentes no repertório cultural desses trabalhadores e de suas famílias, são ressignificadas, isto é, ganham novos sentidos na localidade pesquisada. Devemos, nesse sentido, a Eunice Durham a chave interpretativa dessa narrativa. Para esta autora, compreender novas situações (tal como a do trabalho como caseiro) envolve “uma redefinição ou rearranjo de valores, mas as velhas aspirações permanecem” (Durham, 1973:175).

Na organização deste trabalho, a primeira parte trata dos processos recentes de conversão de áreas agrícolas em casa de moradia e relaciona a localidade de Vinhedo nesse processo. A segunda parte oferece uma breve caracterização social do grupo dos caseiros. A terceira dedica-se a apresentar estratégias de recrutamento e reprodução da mão-de-obra que enfatizam o papel da família como unidade socioeconômica. Na quarta parte, busca-se compreender as estratégias de residência e suas relações com a questão da autonomia desses trabalhadores e suas famílias. Para tanto, foi fecundo utilizar distinções entre os termos “liberto” e “cativo” tal como sugeriram vários autores (Sigaud, 1979; Garcia Jr, 1983; Garcia Jr. 1989). Ao final, sintetizaremos as observações proferidas ao longo deste texto.

Rural e moradia

Uma contribuição importante no rol de significados da categoria rural, observada nas últimas décadas, deu-se no sentido de considerá-la não apenas como um espaço de produção – sobretudo de alimentos e de fibras – mas também como um espaço de consumo (Marsden et al., 1993; Marsden & Murdoch, 1994). O rural deixou de ser imediatamente associado a um setor da economia, o primário, e passou a ser visto – seja pela literatura especializada seja pelos gestores públicos – como um espaço diversificado cuja função pode estar relacionada também a outras atividades próprias da esfera do

consumo, especialmente a moradia e o turismo.

Ora, tanto quanto sabemos, sempre existiu a função de consumo nas áreas rurais até porque nelas vivem seres humanos. Convém, portanto, sublinhar que não se trata aqui de um consumo que surge exclusivamente voltado para a própria população rural. De uma maneira geral, trata-se de um aumento do consumo de bens e serviços – materiais e imateriais – praticado por determinados estratos sociais, especialmente as classes média e alta de origem urbana, que passam a valorizar o meio rural e lhe atribuem qualidades positivas – recreação, lazer, moradia e proteção ambiental. O aumento dessas práticas, com efeito, enquadra-se no conjunto de transformações que atingiu os países capitalistas ocidentais a partir de meados da década de 1970. Referimo-nos, de maneira genérica, às mudanças para sistemas de trabalho e de consumo mais flexíveis (Harvey, 1994), inovações tecnológicas e comunicacionais que passam a articular os mercados em escala mundial e a crise da agricultura na década de 1980.

Decorre que essas transformações favoreceram o deslocamento de setores médios de origem urbana para áreas consideradas rurais, os quais, aproveitando-se das facilidades de transporte e comunicação, passam a fixar residência definitiva ou temporária nessas localidades. São, por exemplo, aposentados que decidem fugir das grandes cidades e instalam suas residências em áreas rurais, trabalhadores urbanos que têm casas ou chácaras de lazer, além dos migrantes pendulares, isto é, pessoas que residem em uma cidade e deslocam-se diariamente para trabalhar em outra. No momento em que esses novos estratos passam a ocupar esse espaço, quando se começa a produzir bens e serviços para essa população, eles passam também a disputar a representação do que é considerado rural com a população preexistente.¹

¹ Em outro trabalho (Pires, 2004) discutimos as disputas entre novos e antigos moradores.

No caso particular da moradia, devemos considerar que o suprimento da demanda por residências somente tornou-se possível devido aos processos de conversão de terras agrícolas em casas de habitação. Assim, a terra, outrora avaliada sobretudo por características que levavam em conta a produção, passa a ter como parâmetro de avaliação critérios totalmente diferentes nesse novo cenário. Em muitos casos, áreas que eram desdenhadas dentro do processo de modernização agrícola (em função de suas características que não se adaptavam ao modelo da produção de alimentos, tais como topografia acidentada, áreas de preservação permanente etc.) passam a ser valorizadas quando se trata da moradia. Nesse processo, bens intangíveis, tais como ar puro, “um modo de vida do interior” e contato com a natureza passam a ser “mercantilizados”, trazendo à tona, por exemplo, disputas em torno da autenticidade de determinadas áreas.

A esta altura, torna-se importante considerar que os processos de conversão de áreas agrícolas para espaços de residência não devem ser tratados como algo distintivo do meio rural brasileiro, mas como algo ainda restrito a localidades próximas a grandes centros urbanos que sofreram processo marcante de urbanização, expansão e valorização imobiliária.² De fato, observamos que em muitas localidades brasileiras a associação entre agricultura e espaço rural é extrema mente importante. De qualquer maneira,

² Marsden e seus colaboradores, por exemplo, consideram que esse movimento, de moradores urbanos buscando moradia em áreas rurais, é algo que se expande, tanto nacionalmente como internacionalmente, a ponto de ser um fator distintivo dentro das áreas rurais como um todo. Nos últimos 20 anos, “o processo parece ter se tornado ubíquo, não mais confinado ao redor das grandes cidades, mas reconhecido como uma característica que adquire um caráter nacional e internacional” (Marsden et al., 1993: 25). Se isso parece ocorrer em países como Inglaterra, devemos ter em mente que, para o caso brasileiro, essa amplitude deve ser vista com certa cautela. Sobre esse aspecto, como já afirmamos, não parece adequado sustentar que a função de moradia, da forma como propõe Marsden e seus colaboradores, seja algo distintivo do meio rural brasileiro como um todo, mas, como bem demonstra o exemplo de Vinhedo, algo que ainda está restrito ao redor das grandes cidades brasileiras.

devemos levar em conta que as transformações socioeconômicas das últimas décadas aproximaram os padrões de desenvolvimento das áreas consideradas urbanas e rurais e, nesse sentido, contribuíram para apagar as fronteiras rígidas entre funções próprias da cidade e aquelas tidas como próprias do meio rural. Isto é, de que ao rural competem atividades primárias e/ou extrativas e às cidades, atividades próprias da indústria e/ou serviços.

O município de Vinhedo, distante 75 quilômetros de São Paulo e 25 de Campinas, pareceu-nos um bom estudo de caso para pensar sobre essas transformações porque o seu desenvolvimento seguiu, em linhas gerais, a passagem de um rural percebido como espaço de produção para um mais diversificado. De um município essencialmente agrícola no momento de sua emancipação político-administrativa, ocorrida em 1949, cuja economia girava em torno do cultivo de uvas, Vinhedo passou a ser, desde meados dos 1970, um local de atração de moradores das classes média e alta de origem urbana que passam a fixar suas residências definitivas ou temporárias nos inúmeros condomínios residenciais construídos na cidade.

Compreende-se, portanto, que o processo de transformação socioespacial de Vinhedo nos últimos 30 anos trouxe consigo um aporte considerável de novos moradores para a cidade. Recorrendo a números redondos, veremos que a população da cidade passou de cerca de 12.000 habitantes, em 1970, para pouco mais de 47.000 habitantes em 2000 (cf. Censos Demográficos 1950 a 2000), isto é, quadruplicou num intervalo de 30 anos. Para termos idéia da dimensão desse crescimento, a população de Campinas, considerando-se o mesmo período, aumentou duas vezes e meia, a da Região Metropolitana de Campinas (RMC), que engloba 19 municípios e da qual Vinhedo faz parte, 3,4 vezes.³ Em relação às taxas médias geométricas de crescimento anual, a população de Vinhedo cresceu, entre 1991 e

³ A população do estado de São Paulo, para o mesmo período, aumentou cerca de duas vezes.

2000, num ritmo de 3,88% ao ano.⁴ Esta taxa de crescimento anual colocou Vinhedo no estrato mais elevado dos municípios brasileiros, isto é, aqueles classificados pelo IBGE como de alto ou acelerado crescimento demográfico no decênio de 1990.⁵

Só compreenderemos este significativo aumento populacional se levarmos em conta a parcela dos migrantes. Da população residente em 2000, 63% (cerca de 30.000 habitantes) declararam não ter nascido em Vinhedo (cf. Censo Demográfico).⁶ Deste total, 50% veio para a cidade na década de 1990. Apesar de considerar este aporte de migrante expressivo nos anos 1990, parece-nos errôneo considerar somente um determinado período de tempo específico e tomá-lo como expressão de um processo mais amplo. Tal como sugerimos em outro trabalho (Pires, 2004), a chegada de novos moradores deve ser lida como um processo lento, cuja sociogênese remonta ao período da emancipação da cidade e foi incentivada por uma amálgama de fatores, dentre os quais, destacam-se a atuação do poder municipal, a crise dos preços agrícolas e as formas de transmissão da propriedade agrícola. Os anos 1990, portanto, representam o ápice de um processo cuja origem é anterior a este período.

⁴ Valinhos, Itatiba e Campinas – municípios próximos a Vinhedo que compõem a RMC – apresentaram para o mesmo período, respectivamente, taxas de crescimento anual de 2,28%, 3,14% e 1,52%. Para a região Sudeste a taxa de crescimento anual foi de 1,62%. Para o Brasil, 1,64% (cf. IBGE, 2004).

⁵ De acordo com as taxas de crescimento anual verificadas entre 1991 e 2000, o IBGE classificou os municípios brasileiros em quatro estratos, a saber: “o primeiro, com taxas médias geométricas de crescimento anual negativas (perda populacional); o segundo, com taxas entre 0% e 1,5% ao ano (municípios com crescimento baixo ou moderado e provavelmente abaixo do crescimento vegetativo); o terceiro, com taxas de mais de 1,5% a 3% ao ano (municípios com crescimento médio); e o quarto estrato, com taxas acima de 3% ao ano (municípios com crescimento alto ou acelerado)” (IBGE, 2004: 14).

⁶ Municípios próximos a Vinhedo apresentaram proporções menores. Em Valinhos, por exemplo, 55,2% dos residentes em 2000 não nasceram nesta cidade. Em Campinas, metade da população. Em Itatiba, 48% (cf. Censo Demográfico 2000).

Do grupo que chega, destacam-se, em primeiro lugar, moradores de centros urbanos, tais como São Paulo, que fixam residência definitiva ou secundária nos condomínios residenciais e chácaras construídos na cidade. Aos primeiros, juntaram-se também pessoas que foram trabalhar em empregos gerados por essa nova ocupação.

Caracterizamos genericamente esse grupo de trabalhadores domésticos como caseiros, termo mais freqüentemente utilizado na localidade para denominar o conjunto dessas pessoas, mas sabemos que outras expressões podem ser utilizadas de acordo com os serviços prestados dentro dos condomínios e chácaras. Assim, no discurso cotidiano que permeia as relações entre esses trabalhadores, e também entre eles e seus patrões, aqueles que desempenham serviços especializados, como limpar piscinas, são muitas vezes designados como piscineiros. Os que cuidam do jardim são chamados jardineiros. Os que prestam serviços domésticos e recebem sua remuneração por mês, empregadas. Se o mesmo serviço for pago por dia, o termo mais freqüente é diarista ou faxineira. Vemos, pelos exemplos, que o significado dessas classificações acompanha as características e diferenças concernentes às marcações de gênero. Ademais, é freqüente observarmos um casal (com ou sem filhos) trabalhar como um time, isto é, conjugar tarefas tidas como masculinas (limpar piscina, jardim etc.) e femininas (arrumar casa, cozinhar etc.) seja dentro ou fora das propriedades. Assim, conquanto utilizemos a expressão caseiros para caracterizar genericamente esse grupo, devemos considerar que há diferenças internas marcantes.

Uma vez explicitada a dinâmica social que torna inteligível a presença desses grupos sociais na localidade de Vinhedo, este trabalho enfocará o grupo dos caseiros. De um lado, essa atitude tem por objetivo demonstrar que essas ocupações rurais não agrícolas (Ornas), como as desempenhadas por esses trabalhadores domésticos, têm origem e são até certo ponto determinadas por demandas não relacionadas com a agricultura, tais como a dinâmica imobiliária por residência no campo e os serviços ligados ao lazer e à preservação ambiental

(cf. Graziano da Silva, 2001: 44). Mas, apesar disso, veremos que nessa ambiência, à primeira vista, mais “urbana”, encontraremos práticas sociais que nos remetem a padrões de comportamento tidos como próprios do meio rural.

Caseiros: origens agrícolas

Começamos com uma breve caracterização do grupo dos caseiros. Cabe especificar que a pesquisa de que se originaram essas reflexões deu-se em diversas fases e contou com estratégias diferentes entre os anos de 2000 e 2003. Numa primeira etapa da investigação, na qual pude contar com a valiosa contribuição de Vera Lúcia Rodrigues (Rodrigues, 2003), aplicamos um questionário junto a 30 caseiros(as) que trabalhavam em chácaras no bairro do Pinheirinho e no condomínio Chácaras do Lago em Vinhedo. Esse questionário buscou levantar informações socioeconômicas dos entrevistados e de suas famílias. Em 2002, já sob os auspícios do projeto de pesquisa Rurbano, aplicamos mais 50 questionários junto a agricultores(as) e caseiros(as) de várias localidades da cidade (cf. Pires e Rodrigues, 2003). Após essa primeira etapa, o trabalho de campo envolveu um conjunto de entrevistas semidiretivas com caseiros selecionados das entrevistas anteriores.

Isto posto, os dados coletados demonstraram que cerca de 84% dos caseiros entrevistados disseram ter nascido fora da região de Vinhedo.

Em relação às suas origens, consideramos como origem agrícola casos em que o entrevistado é filho de agricultores, viveu numa propriedade agrícola (sítio/fazenda) quando pequeno e ajudou seus pais no trabalho agrícola. Quando uma ou mais dessas condições não foram satisfeitas – por exemplo, uma pessoa era filho de agricultores, viveu num sítio mas não ajudava os pais – classificamos o entrevistado como tendo origem agrícola incompleta. Por último, quando ele não é filho de agricultores e não viveu numa propriedade agrícola e tampouco ajudava seus pais nesse ofício, foi classificado como sem origem agrícola.

Tabela 1: Distribuição dos caseiros de Vinhedo segundo lugar de nascimento

Lugar de nascimento	Caseiro(a)s	%
Outros municípios de São Paulo	14	46.67
Vinhedo ou municípios próximos	5	16.67
Municípios do Paraná	4	13.33
Municípios do Nordeste	4	13.33
Municípios de Minas Gerais	3	10.00
Total	30	100.00

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela 2: Distribuição dos entrevistados segundo origem agrícola

Origem	Caseiros	%	Total
Origem agrícola	18	60.00	42
Origem agrícola incompleta	7	23.33	14
Sem origem agrícola	5	16.67	9
Total	30	100.00	65

Fonte: Pesquisa de Campo (2001).

Vê-se que se agregarmos os que têm origem agrícola (completa e incompleta) chegamos a um total de 83% dos entrevistados. Estes

dados, portanto, ajudam a verificar que de fato um passado agrícola esteve presente na vida da maioria dos caseiros. São, portanto, pessoas que, em sua maioria, tiveram algum tipo de contato com a produção agropecuária no passado. Este passado, com efeito, será extremamente importante para entendermos as formas de recrutamento e reprodução da força de trabalho entre os caseiros que serão vistas em seguida.

Outro aspecto importante, observado em algumas entrevistas, é a percepção da atividade de caseiro como um momento temporário dentro do curso de vida. Trata-se, muitas vezes, de uma fase de acumulação – “fazer o pé de meia” – para depois desenvolver um projeto futuro que geralmente não está relacionado à atividade de caseiro. Isto torna-se mais claro se levarmos em conta as idades dos caseiros. A título de exemplo, metade dos entrevistados situava-se na faixa de idade entre 20 e 39 anos em 2001.

A importância da família

Vimos que grande parte dos informantes disse ser proveniente de outras localidades. Cabe-nos, portanto, examinar as motivações que os levaram a escolher Vinhedo. Tomemos, por exemplo, alguns trechos extraídos de nossa caderneta de campo, após a aplicação dos questionários da pesquisa de 2001.

Gentil Barbosa, 59 anos, nasceu em Vera Cruz, São Paulo (próximo a Marília). Em sua cidade de origem, trabalhou como empregado em fazendas da região, primeiro fazendo serviço braçal e depois como tratorista. Trabalhou como tratorista até 1997, quando veio direto para Vinhedo para trabalhar como caseiro. Escolheu Vinhedo porque seus cunhados, que já moravam aqui (e trabalham na fábrica Carburundum), o chamaram para vir procurar emprego na cidade. Enquanto procurava serviço, ficou um tempo morando na casa do cunhado e logo achou emprego numa chácara, onde trabalha até hoje (Caderneta de campo, 30/5/2001).

Waldomiro Elia Sampaio tem 38 anos e nasceu em São Gerônimo da Serra, Paraná. Seus pais têm uma propriedade agrícola, no Paraná, de oito alqueires. Waldomiro tem quatro irmãos, uma mulher e três homens. O irmão mais velho ficou trabalhando

com os pais na terra do Paraná e os outros irmãos e a irmã vieram para a região de Campinas trabalhar como meeiros em plantações de uva (Niagara) na região de Vinhedo. Depois que os irmãos se instalaram na região, Waldomiro veio trabalhar como meeiro junto com eles, mas desistiu porque, ao final de um ano de trabalho, “não sobrava quase nada” . Está trabalhando como caseiro há apenas um mês – momento da entrevista. Tanto ele como os irmãos têm intenção de voltar para o Paraná no futuro para trabalhar nas suas terras (Caderneta de campo, 23/5/2001).

Se analisarmos as motivações que os levaram a optar pela cidade, veremos que não se pode reduzir a complexidade que envolve essas escolhas somente levando-se em conta fatores relacionados ao emprego ou às oportunidades de trabalho. De fato, essas oportunidades de trabalho atraem trabalhadores para Vinhedo, mas, como veremos a seguir, não se trata somente disso.

Devemos salientar que a presença de parentes da mesma geração dos entrevistados – irmãos/irmãs/cunhados – em Vinhedo foi decisiva para que eles escolhessem o município. Esses parentes ofereceram segurança e apoio necessários para as mudanças (físicas e sociais) que envolvem os processos migratórios. Sobre esse aspecto, Eunice Ribeiro Durham (1973) já havia notado a importância das redes de relacionamento pessoal como fatores decisivos da motivação inicial para a migração. De acordo com a antropóloga, as relações pessoais servem de ponto de apoio à movimentação espacial. São, por exemplo, migrantes bem-sucedidos que mandam buscar seus parentes e/ou amigos. Às vezes, nem é necessário mandar buscar, pois a notícia de que existe um parente ou amigo “bem de vida” já é suficiente para a mobilidade espacial. Quando os migrantes chegam sem trabalho ou local de residência previamente acertada, é comum observar que os que já residem no município oferecem algum tipo de apoio, tal como casa para ficar, comida e dinheiro, até o novo morador arranjar um serviço e/ou uma casa. Por isso, argumenta a autora:

O migrante (...) é levado a escolher baseado mais na proximidade das relações sociais do que na proximidade física ou compatibilidade das atividades econômicas que espera exercer.⁷

Não se escolhe Vinhedo, portanto, somente porque essa cidade está mais perto do local de origem dos migrantes ou pelas oportunidades de trabalho existentes nesse município. A hipótese formulada por Durham, acerca da importância das relações pessoais nos processos migratórios, parece se confirmar quando entrevistamos os caseiros que vieram de outras regiões. A despeito da distância que possa existir entre o local de origem e o de destino, o fator decisivo para a escolha de Vinhedo é a existência de vínculos prévios com residentes no município, nesse caso, a distância social. Aqueles que primeiro chegaram, uma vez estabelecidos, chamam seus parentes ou amigos para trabalhar em Vinhedo, em alguns casos com emprego previamente acertado. É o que se pode observar na passagem a seguir:

Pedro: Eu nasci no interior de São Paulo, chamada Lorânia. Fica para Santa Fé do Sul, para aquele lado ali. Jales. Ai eu fui pequeno, eu fui criado em Mato Grosso e Goiás. Morei um tempo em Mato Grosso e em Goiás. Meu pai era agricultor. Fazia de meeiro, em lavoura. Ai eu vim para cá no dia 14 de abril de 1989. Lá em Mato Grosso a gente tocava lavoura e trabalhava por dia, diária. Ai depois meu pai veio para cá. Eu ainda fiquei lá mais uns dois anos.

André: Seu pai foi o primeiro a vir para cá?

Pedro: Foi. André: Como é que ele veio para cá?

Pedro: Porque ele tinha um irmão dele aqui. Aqui mesmo no Santa Fé [condomínio onde foi realizada a entrevista]. Ai foi buscar ele, um tio e um cunhado.

André: É esse tio que mora com você?

Pedro: Não, é outro. Este tio e o cunhado dele já trabalhavam aqui no Santa Fé de caseiro.

André: E o primeiro que veio, como veio parar aqui?

⁷ Durham, 1973: 137. Sabemos que matriz dessa concepção, a qual separa a distância física da social, encontra-se na clássica etnografia de Evans-Pritchard (1993 [1940]).

Pedro: Ele [irmão do pai] veio cedo para cá, quando ele ainda era solteiro, e aí ele conheceu uma moça em Jundiá. Acabou casando com a moça daí de Jundiá. E a família da moça é daí. Depois foi embora para Mato Grosso, ficou uns anos, depois a família dela, veio aqui pra família dela em Jundiá. Daí ele veio para Louveira, de Louveira ele veio aqui para o Santa Fé. Aí foi onde que ele foi buscar meu pai, achou que tinha serviço para ele. Trabalhar de caseiro. Aí meu pai veio, e depois de dois anos ele foi me buscar lá também. (Pedro Lazarini, caseiro, 43 anos)

No exemplo dado, vemos que pouco a pouco a família de Lazarini transferiu-se para a região de Vinhedo em função de processos de recrutamento expresso no termo “buscar parente”. Primeiro chegou um tio, depois os pais (geração acima do entrevistado) e depois o próprio entrevistado. É preciso dizer que a atividade de caseiro possibilitou a Lazarini a compra de um terreno dentro do condomínio Santa Fé onde construiu duas casas geminadas. Uma para os seus pais e outra para ele, sua mulher e seu filho. Além disso, tios, tias, irmãos e irmãs moram próximos pois trabalham como caseiros em casas dentro do condomínio. Notemos, portanto, que a possibilidade de reunir grande parte da família num mesmo local é uma conseqüência possível dentro dessas estratégias familiares.⁸ Em outros depoimentos, observamos situações semelhantes. É o caso da família Ferreira, que veio de Pernambuco.

Ronaldo: Faz 13 anos que a gente está aqui. A gente veio de Pernambuco, de Caruaru. A minha família toda é de Pernambuco. (...)

André: Você tem quantos irmãos?

Ronaldo: São cinco. Três homens e duas mulheres. Dos homens, eu sou o mais velho. Eu tenho uma moça que é mais velha, uma mulher. A moça mais velha, depois eu, mais dois rapazes, e a mais nova é mulher. Então, daí meus pais se separaram, aí ficamos lá ainda um ano e pouco. Aí minha irmã, já fazia um ano que estava aqui no Santa Fé. A mais velha. Ela veio antes para cá.

André: Como é que ela veio para cá?

⁸ A este respeito, ver também o trabalho de Taibe (1986) numa favela de Campinas.

Ronaldo: Então, que ela já tinha vindo umas duas vezes para São Paulo e voltado. Aí veio e achou aqui. Aí meus pais tinham se separado lá. Ai ela falou: “mãe, se a senhora quiser vir para cá tem um lugar para a senhora”. Daí a gente veio tudo. Daí veio minha mãe e meus irmãos todos. Porque são cinco (Ronaldo Ferreira, 26 anos caseiro).

Observemos, inicialmente, que uma crise matrimonial, a separação dos pais do entrevistado, abriu caminho para que sua mãe e seus irmãos viessem para Vinhedo. A análise do trecho mostra que esse projeto só foi possível porque uma irmã do entrevistado já residia em Vinhedo. Uma vez estabelecidos no local e com o dinheiro obtido pelo trabalho, Ronaldo e sua mãe, Ivonete, compraram um terreno no condomínio Santa Fé. Pretendem construir uma casa no futuro. Atualmente, vivem numa casa de caseiro onde residem mais dois irmãos – um irmão que trabalha numa gráfica e uma irmã que trabalha numa doceria na cidade. Os dois são mais novos do que Ronaldo e ambos estudam. Somente a mãe de Ronaldo ainda trabalha como caseira. Ronaldo, já faz alguns anos, oferece serviços de eletricitista e de encanador aos moradores dos condomínios da cidade de Vinhedo. A irmã mais velha de Ronaldo é casada e reside em outra chácara dentro do condomínio com o seu marido e filhos. Da família de Ronaldo, somente o pai e o irmão mais velho estão no Nordeste. O primeiro porque separou-se da mãe. O segundo, depois de ter passado um tempo no Santa Fé, desentendeu-se com alguns funcionários do condomínio e teve que se mudar para João Pessoa. De qualquer maneira, boa parte da família conjugal original de Ronaldo reside em Vinhedo, seja em sua própria casa, seja em locais próximos.

Os exemplos apresentados demonstram que o processo migratório não dissolveu os densos laços familiares primários existentes no local de origem. Ao contrário, a reestruturação do grupo familiar no local de destino deu-se no sentido de manter a importância e o funcionamento dos grupos originais. Notemos, afinal, que a família – tanto na origem como no destino – continua a ter fundamental importância como unidade socioeconômica. Isto pôde ser percebido:

a) pela quantidade de familiares que residem junto ou próximo às casas dos entrevistados; b) pela influência que os primeiros parentes migrantes exerceram para atrair os caseiros; c) pela casa que foi construída especialmente para que os pais do primeiro entrevistado residissem; d) pelas estratégias de ascensão social que pressupõem o trabalho de alguns membros como caseiros para garantir a casa e liberar outros membros para estudar e/ou trabalhar em outras atividades não relacionadas à atividade de caseiro; e) pela possibilidade de trabalhar e cuidar dos filhos etc. A migração, nesse sentido, deve ser entendida como um processo que envolve fases de segmentação e de reconstituição do grupo familiar.

Assim, compreendemos que o deslocamento populacional de um lugar para o outro não ocasionou uma ruptura radical com valores e formas de organização social existentes no local de origem. Vimos que no local de destino, pouco a pouco, formas de sociabilidade e de orientação de condutas são refeitas e, em muitos aspectos, assemelham-se àsquelas presentes nas áreas de origem. Desse ponto de vista, foi bastante fecundo relacionar as observações de Durham com as situações que presenciamos em Vinhedo, sobretudo em termos da reconstituição do grupo familiar pelos caseiros nos condomínios. A família, nos exemplos que descrevemos, continua a desempenhar um papel preponderante como unidade socioeconômica.

A casa e a autonomia

Mencionemos agora as respostas dos caseiros quando perguntados sobre seus projetos futuros, caso tivessem dinheiro para concretizá-los. O resultado pode ser visto na tabela a seguir apresentada.

Tabela 4: Distribuição dos caseiros segundo projetos futuros se tivessem dinheiro

Projetos Futuros	Caseiro(a)s	%
Compraria casa para morar	15	50.00
Compraria terras (para plantar e/ou criar)	8	26.67
Compraria chácara para morar	3	10.00
Ajudaria pessoas carentes	2	6.67
Abriria comércio/negócio próprio	1	3.33
Investiria nos filhos (estudo)	1	3.33
Total	30	100.00

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Consignamos que adquirir uma propriedade para moradia é um projeto compartilhado por cerca de 60% dos caseiros entrevistados. Se supusermos que as respostas comprar terras denotam também um desejo pela moradia (conjunção, por exemplo, entre local de trabalho e moradia), temos um total de 90% dos entrevistados. Sabemos que muitos não possuem casa própria e residem nas casas de seus patrões. A este respeito, devemos ter em mente que a casa, mais do que um bem patrimonial, “simboliza a dignidade de ‘mandar no que é seu’, de não estar sujeito à vontade de outrem: patrão ou senhorio” (Durham, 1973: 179). O projeto da casa, nesse sentido, refere-se à questão da autonomia desses trabalhadores em relação aos seus patrões.

O depoimento a seguir reproduz de forma bastante inteligível essas questões concernentes à autonomia e à importância da casa. Notemos, na seguinte passagem, a distinção processada pelo entrevistado entre ser caseiro e ser liberto.

Ronaldo: Que nem o Pedrinho. O Pedrinho construiu a casa dele, ele mora na casa dele e não é caseiro. No final de semana ele cuida de uma piscina, cuida de uma coisa ou outra quando os patrões vem. Mas ele não é caseiro. Ele é liberto. Tem a casinha dele. Mas a gente que não tem casa, tem mais. Não é liberto, a gente fica por conta dos patrões, né?

Ivonete: Tem gente que tem família longe e quer passar o mês, viajar, ou querem final de semana sair. Receber alguém na sua casa. Tudo é difícil [sendo caseiro]. Caseiro é difícil.

Ronaldo: Principalmente aqueles caseiros que os patrões moram, aí tem menos liberdade para eles. Aqui [onde mora], vem só final de semana. A gente tem um pouquinho de liberdade. (Ronaldo Ferreira e Ivonete Ferreira, caseiros, 26 e 46 anos).

Vejamos mais atentamente este caso. Parece-nos fecundo relacionar as observações de Ronaldo, acerca da utilização do termo liberto como forma de caracterizar posições sociais diferentes dentro da atividade genérica de caseiro, com aquelas proferidas por Garcia Jr. (1983; 1990) e Sigaud (1979) em relação ao sistema da morada. Lembremos, nesse sentido, que a família de Ronaldo é proveniente da região da Zona da Mata pernambucana, mesmo local em que foram realizadas as pesquisas dos antropólogos considerados.

Sabemos que o sistema da morada, forma preponderante de recrutamento da força de trabalho dentro dos engenhos pernambucanos até meados da década de 50, pressupunha uma relação de reciprocidade entre o senhor de engenho e o morador. É preciso considerar, inicialmente, que essa relação, tal como a dos caseiros, implicava uma coincidência entre local de residência e local de trabalho. Tudo começava quando o trabalhador pedia morada, não trabalho, ao senhor de engenho. Ao pedir morada, o trabalhador já se colocava numa posição inferior ao senhor de engenho porque, nas judiciosas palavras de Afrânio Garcia, “quem o fazia já demonstrava não ter escolha melhor, para onde ir; não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao senhor que os fornecesse ou mesmo que a organizasse para si.” (Garcia Jr., 1989: 38-39).

O sistema de morada presume uma circulação de dons e contradons.⁹ De um lado, os senhores de engenho ofereciam ao trabalhador uma série de bens e recursos, tais como proteção, casa para morar, transporte para a fazenda e um pedaço de terra para botar roçado.¹⁰ Em contrapartida, cabia ao morador uma série de obrigações para com o senhor. Em primeiro lugar, os moradores tinham que trabalhar alguns dias por semana para o proprietário.¹¹ O morador, é preciso ressaltar, estava numa situação de dependência em relação ao proprietário. Ele, por exemplo, não podia vender sua força de trabalho para outrem a não ser com expressa autorização do patrão. Ele não podia vender o excedente de sua produção ou comercializar nas feiras. O patrão, ademais, estabelecia quais os produtos que podiam ser cultivados na lavoura ou os animais que podiam ser criados pelos moradores (cf. Garcia Jr., 1983, cap. 1). Por último, mas não por isso menos importante, o morador tinha a obrigação de ficar à disposição do seu patrão, sempre pronto para executar suas ordens, tanto de dia como de noite.

⁹ Entre os caseiros de Vinhedo observamos também essa circulação de dons e contradons em algumas entrevistas. Tomemos, como exemplo, a fala desse caseiro: “Então aqui a gente trabalha aqui, a gente ganha 400, a gente tem a casa. Não desconta luz, não desconta água. (...) Aqui a gente vai até quando der, né? Se for melhorando, né, a gente continua. Não sei até quando vai. Mas eles [os patrões] são bons. Já falou que vão aumentar para nós. Estamos gostando, não é? São gente boa” (Fábio Marciano, caseiro, 28 anos). Uma outra entrevistada relatou que ganhou um terreno num condomínio de Vinhedo da sua patroa. É interessante perceber que com o tempo, os patrões, além de empregadores, passam a ser também julgados num plano moral: podem ser pessoas boas, com quem se pode contar, ou ruins. Isto depende do cálculo, até certo ponto objetivo, que se faz dessa circulação.

¹⁰ Para maiores detalhes, consultar Sigaud (1979: 34).

¹¹ Na época em que se processa e corta a cana (época da seca) era comum o dispêndio de cinco dias de trabalho por semana. Na época da chuva, momento em que a cana é plantada, três dias. Nos demais dias, o morador podia trabalhar nas terras que lhe foram concedidas pelo proprietário (cf. Garcia Jr., 1990: 40). Deve-se ressaltar que a remuneração dos dias trabalhados pagos pelo senhor de engenho aos moradores era, em regra, inferior às pagas aos não moradores para tarefas idênticas.

Uma vez entendido o conjunto de obrigações que exprime uma relação de subordinação entre o morador do engenho e o seu patrão, compreende-se, no nível das representações cotidianas, o surgimento dos termos liberto e cativo (ou sujeito). Entre os trabalhadores, a categoria cativo serve para nomear o morador do engenho.

O cativo, neste contexto, designa uma posição de disponibilidade completa do morador e de sua família, de quem, a qualquer momento, o usineiro ou o senhor de engenho pode exigir os serviços. Designa também que estes serviços só dependem da vontade do patrão que pode fazer cumprir suas ordens por meio da força física (Garcia Jr., 1983: 73).

Naturalmente, estamos diante de situações bem distintas quando consideramos o trabalhador no sistema da morada e o trabalhador como caseiro em Vinhedo. Dentre tantas diferenças, podemos mencionar a possibilidade de uso da força bruta para a consecução da vontade do patrão, o tipo de atividade desempenhada pelos trabalhadores da morada, o controle sobre sua força de trabalho etc. No entanto, é possível pensar em alguns pontos de convergência quando, por exemplo, o caseiro entrevistado relacionou diretamente a falta de liberdade dos caseiros como sendo tributária do fato de residirem no mesmo lugar que seus patrões. Residir na mesma casa significa, para os caseiros, a possibilidade de serem recrutados a qualquer hora para executarem serviços para o patrão. Aliás, convém ressaltar que muitos caseiros consideraram a “falta de liberdade” como sendo a principal dificuldade enfrentada no local onde moram. Como bem demonstrou Lygia Sigaud, o fundamento do cativo para o trabalhador não é a relação de trabalho (porque esta é decorrente) mas a morada. Em suas palavras, “é porque mora numa casa que pertence ao proprietário que o trabalhador de engenho acaba se tornando cativo” (Sigaud, 1979: 205).

Contraopondo-se ao cativo, tem-se a categoria liberto. O liberto é o termo designado ao trabalhador que mora em casa própria ou em casa alugada que não pertença ao patrão. Na fala de Ronaldo, essa classificação parece obedecer aos mesmos critérios. Se observarmos as três posições sociais descritas pelo entrevistado, veremos que estas

são determinadas pelo domínio sobre a casa e, conseqüentemente, pelo grau de liberdade que cada um usufrui. Entre os extremos, estão os caseiros cujos patrões residem na propriedade e os libertos. Os caseiros são menos livres porque moram em casas situadas no interior da propriedade dos patrões. Por residirem nesses locais, estão subordinados a certos tipos de relação de trabalho e, sobretudo, devem estar à disposição do patrão (pelo menos em princípio) a qualquer momento. Os caseiros cujos patrões vêm apenas nos fins de semana têm um pouco mais de liberdade. Quem desfruta o grau máximo de liberdade é aquele que tem a sua própria casa. Este não é nem mais caseiro. É um liberto. Tem total autonomia para viver junto de sua família (extensa ou não) e vender a sua força de trabalho (sua e dos demais membros da família) para quem se dispuser a comprá-la. A relação com a casa (ter casa ou não), nesse sentido, passa a ser fundamental para o estabelecimento da relação de trabalho e do grau de autonomia desse trabalhador.

Vemos, portanto, que, entre os trabalhadores domésticos de Vinhedo, a posição social que ocupam e as relações de trabalho que se estabelecem estão determinadas (tal como no sistema da morada) pelo espaço físico onde situa a sua residência. Há, como vimos, situações intermediárias importantes entre os pólos apresentados. Referimo-nos, especificamente, aos casos (bastante freqüentes) de caseiros que residem em propriedades cujos patrões só aparecem nos finais de semana. Esta possibilidade, intermediária entre o liberto e o caseiro, faz com que trabalhadores e trabalhadoras (casal) desempenhem atividades dentro e fora da propriedade, isto é, estejam autorizados a vender sua força de trabalho para outros patrões durante alguns dias da semana. São casos, por exemplo, de caseiros que cuidam de jardins e/ou piscinas em outras casas, e de trabalhadoras que fazem faxina em outras casas ao longo da semana.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa de campo apresentados constituem indicadores de que as ocupações rurais não agrícolas, tal como a genericamente designada como caseiro, podem dar novos significados às práticas sociais tidas como próprias do meio rural.

Desse ponto de vista, vimos, em primeiro lugar, que o recrutamento da força de trabalho para atividades nos condomínios residenciais não dissolveu os laços familiares existentes no local de origem. A esse respeito, foi importante considerar que a maioria dos caseiros não provém da localidade de Vinhedo e teve um passado relacionado com a produção agropecuária. Porém, à medida que o tempo passou foram sendo refeitas formas de sociabilidade e de orientação de condutas em Vinhedo que se assemelham àquelas presentes nas áreas de origem. Referimo-nos de maneira específica às estratégias que visassem a retenção da unidade da família.

Além disso, a importância da família para os caseiros está relacionada com a possibilidade de realizar uma espécie de modo de vida camponês que se orienta pela busca de uma autonomia que se substancializa no desejo pela casa própria. Os exemplos encontrados em Vinhedo nos autorizam a pensar, tal como sugeriu Afrânio Garcia para o contexto nordestino, em verdadeiras *estratégias de residência* entre os caseiros, as quais, com efeito, sinalizam possibilidades de ascensão social e de posições distintas entre os trabalhadores da localidade. Morar em casa própria, alugada ou do patrão não reflete somente uma condição de moradia, mas relações e posições sociais na esfera do trabalho e o grau de autonomia desses trabalhadores.

E agora, para finalizar, procuramos demonstrar que o estímulo para a chegada desses novos trabalhadores na região não teve origem simplesmente na oferta de postos de trabalho, decorrente da especulação imobiliária, e da boa estrutura de serviços e de transporte que a cidade dispõe. Certamente essas motivações de ordem econômica são importantes, mas vimos que não se trata somente

disso. O exemplo de Vinhedo sugere que, ao eixo econômico, deve-se acrescentar outras dimensões que nos ajudem a entender o recente processo de conversão de áreas agrícolas em casas de moradias e os relacionamentos entre os grupos sociais dessa localidade.

Referências bibliográficas

- Durham, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- Evans-Pritchard, Eduard. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1993 [1940].
- Garcia, Afrânio Raul Jr. *O Sul; caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, Editora Universidade de Brasília, MCT-CNPq, 1989.
- _____. *Terra de Trabalho; trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- Graziano da Silva, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, vol. 15, no. 43, 2001, p. 37-50.
- Harvey, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- IBGE. *Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000*. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica n. 13. Rio de Janeiro, 2004.
- Marsden, Terry; Murdoch, Jonathan. *Reconstituting Rurality: class, community and power in the development process*. London: University College London, 1994.
- Marsden, Terry et al. *Constructing the countryside*. London: University College London, 1993.
- Pires, André e Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues. *Rendas agrícolas e não agrícolas das famílias rurais: estudos de caso em Vinhedo, SP*. XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - Artigos Completos. Juiz de Fora, 2003.
- Pires, André. *De rocinha aos enclaves: figurações do rural em Vinhedo, SP*. Tese de doutoramento apresentada ao IFCH-Unicamp. Campinas, 2004.
- Rodrigues, Vera Lúcia. *Os caseiros de Vinhedo e a ruralidade*. Campinas, mimeo, 2003.
- Sigaud, Lygia. *Os clandestinos e os direitos; estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- Taibe, Maria José de Mattos. *De migrantes a favelados; estudo de um processo*

migratório. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

PIRES, André. "Novas" ruralidades, "velhas" aspirações: reflexões sobre os caseiros de Vinhedo (SP). Estudos Sociedade e Agricultura, outubro 2004, vol. 12 no. 2, p. 171-193. ISSN 1413-0580.

Resumo: Neste trabalho, proponho que as estratégias de recrutamento e reprodução da força de trabalho observadas entre os caseiros, empregado(a)s doméstico(a)s dos condomínios e das chácaras residenciais de Vinhedo (SP) assemelham-se às práticas tidas como próprias do meio rural. Busco demonstrar que a família, como unidade socioeconômica, continua a desempenhar um papel fundamental na organização da vida dessas pessoas, seja pela recomposição do grupo familiar original (muitos caseiros vieram de outras regiões do país), seja pela busca de uma autonomia que se substancializa no desejo pela casa própria.

Palavras-chaves: ruralidades; relações rural-urbano; emprego doméstico; família; camponês; condomínio (habitação); Vinhedo-SP.

Abstract: ("New" Ruralities, old aspirations: the case of "caseiros" (care-takers) in Vinhedo, Brazil). In the last two decades, changes in land-use have been accelerating on the outskirts of Brazil's largest cities. Mainly rural areas have now become residential areas for the middle-class who try to establish there a homogeneous environment. Different social groups are now living together in the same space: farmers, the newcomers and the "caseiros", a group of employees who are hired for domestic jobs in the middle-class houses. In this paper I ex-amine the construction of ruralities among the "caseiros" in Vinhedo, a city near São Paulo in the southwest of Brazil. Despite the fact that they come from different regions in Brazil, these "caseiros" have a rural background, having mostly worked as peasants before they arrive in the city.

Key words: ruralities, rural-urban linkages, domestic employee, family values, peasantry, Vinhedo, Brazil.